

ASSOCIATIVISMO E DINÂMICA CULTURAL

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS*

1. INTRODUÇÃO

As questões referentes ao associativismo popular têm sido tratadas no caso português no âmbito da História Económica e Social, e, particularmente, nos estudos referentes ao movimento operário. Supomos ser predominante um tipo de tratamento que, obviamente, privilegia a dimensão política desse associativismo, e, ainda aqui, acentuando as implicações a nível macro-estrutural em detrimento das relações de poder internas a essas associações (1). Decorre dessa perspectiva uma análise preferencial de certo tipo de associações, nomeadamente associações de classe, sindicatos, cooperativas e associações de socorros mútuos, com desvalorização implícita de associações mais circunscritas a práticas ditas recreativas ou culturais (2).

Esse associativismo popular, mais especificamente operário, teve na segunda metade do séc. XIX, defensores acalorados movidos por intentos de reforma social e de minimização das difíceis condições de vida do nascente proletariado — porventura perigosamente explosivas, na visão deles. Costa Goodolfim, que julgamos paradigmático desta posição (3), denota claramente um interesse preferencial pelas associações de socor-

* Docente do ISCTE e investigador do CIES.

ros mútuos e cooperativas, apontando para caixas de crédito e banco populares. Não valerá a pena insistir nesta pedagogia associativa de preocupações sociais, pois, julgamos, a sua pertinência de análise localiza-se melhor numa História das Ideias do que nos estudos do efectivo investimento popular em práticas associativas.

Convirá, no entanto, registar que as associações culturais ou «colectividades» como vulgarmente são conhecidas, remontam à década de 40 do século passado, isto é, alguns anos depois da Associação dos Artistas Lisbonenses, instalada em 1839 e tida como a primeira associação não corporativa. Tem interesse verificar o que se passa neste aspecto em dois concelhos de uma zona com raízes operárias: Almada e Seixal. Em qualquer delas a primeira colectividade surge em 1848 em torno de Bandas Filarmónicas: Sociedade Incrível Almadense e Sociedade Timbre Seixalense, respectivamente.

Continuarmos nesta linha de pensamentos seria admitir, pelo menos implicitamente, que este investimento associativo mais não seria que uma outra expressão do movimento operário, ou, no mínimo, a hegemonização ao nível da produção cultural das outras camadas populares pelo operariado. Sem querer anular este entendimento, valerá a pena dizer desde já, que este investimento releva também de identidades culturais que designaremos como sócio-ecológicas.

Esta perspectiva tem tanto mais pertinência se nos centrarmos nas colectividades populares, cujas identidades de bairro, nas suas múltiplas significações, são bem conhecidas. Repare-se que a própria denominação das colectividades, incluindo o nome da terra — cidade, vila ou lugar — tem um carácter emblemático, assim como julgamos não ser isenta de significações a inclusão da denominação «operária» em algumas delas.

Para alguns autores esta dupla determinação manifestar-se-ia diferentemente conforme essas associações fossem estritamente desportivas — cujas determinações relevariam de factores locais e inter-classistas — das associações estritamente cultural-recreativas — cujas determinações relevariam, essencialmente, de factores classistas. Haveria ainda a considerar as associações de expressão mista — englobando sectores desportivos e culturais — em que se manifestariam, conjuntamente, determinações de classe e locais. Valerá a pena transcrever, ainda que um pouco extenso, um excerto de uma comunicação de Jorge Gaspar e colaboradores, pois sintetiza bem esta posição com as dinâmicas interpretativas que lhe estão associadas. Diz assim: «Em Portugal é sobretudo o desporto que adquire o valor de símbolo do território de que cada indivíduo se apropria — do lugar, da vila, da região e do país. — Os jogos representam, sobretudo para o público, a afirmação do direito sobre o território; no fundo, representam a defesa permanente de uma pátria (é curioso notar toda a simbologia que revela um certo paralelismo com o próprio Estado: a bandeira, o estandarte, o uniforme e mesmo o hino). Talvez seja nisto que o carácter inter-classista do futebol se revele e seja

apreendido nas diversas camadas sociais. Este carácter acentua-se à medida que se alarga o âmbito territorial (ao qual corresponde um alargamento das camadas sociais) até à selecção nacional, a equipa de todos nós (...) (4).

A explicação dada por Jorge Gaspar e subscrita por Patrícia Pedro no seu trabalho (5), ainda que aliciante sob muitos aspectos, parece-nos algo redutora. De facto, muitas associações sem futebol e mesmo sem qualquer actividade desportiva revelam uma composição social interclassista e consubstanciam práticas definidoras de identidade regionais ou locais. Isso mesmo constatámos na Sociedade Boa-União de Alfama (6) — que não tem nem nunca teve futebol, nem qualquer outro desporto excepto a ginástica — mas que, muito embora atravessada por determinações de classe, representa, pelo menos em certos períodos, um investimento cultural privilegiadamente local. Quanto às associações preponderantemente desportivas, ainda aqui há necessidade de distinguir situações. Se se tiver em vista os grandes clubes, a pertinência do que diz o autor torna-se evidente, mas já o mesmo não diríamos dos pequenos grupos desportivos de empresa ou de bairro. Nestes casos constata-se, com frequência, uma certa homogeneidade social com implicações nas práticas desenvolvidas em consonância com um esbatimento das relações de poder características dos grandes clubes desportivos.

Estes objectivos desportivos, mais especificamente futebolísticos, começaram a mobilizar os grupos populares em sentido associativo na década de 20 deste século. No concelho do Seixal, de que temos referências (7), são desse tempo o Amora Futebol Clube (1921), o Independente Futebol Clube Torrense (1925), o Atlético Clube de Arrentela (1925), o Paio Pires Futebol Clube (1925) e o Seixal Futebol Clube (1925). A partir daí o futebol tem continuado a ser fonte mobilizadora dos grupos populares para a constituição de colectividades, segundo as especificidades locais, que, supomos, passam pela maior expressão numérica de camadas sociais mais jovens. Anote-se que também depois do «25 de Abril» o futebol continuou a ser motivo para constituição de colectividades.

Será interessante constatar, desde já, que os objectivos de mobilização associativa têm as suas épocas de surgimento independentemente dos desfasamentos resultantes das especificidades locais. É comumente conhecido, e já referido, o papel que a música, através das filarmónicas (8), representou no surgimento das associações recreativas da segunda metade do século XIX, que se prolongou em alguns casos até à I.^a Guerra Mundial. Os exemplos seriam vastos, mas poderíamos referir algumas das sociedades de Almada e do Seixal que sobreviveram até hoje, ainda que, anote-se, em muitos casos tendo alargado, e mesmo alterado, o seu campo privilegiado de acção da música para outras actividades culturais. Assim, no concelho de Almada, para além da já referida Incrível Almadense, poderíamos apontar ainda a Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense (1895), a Capariquense da Fonte Santa (1884), a

União Piedense (1895), a Marítima de Porto Brandão (1896) e a Musical Trafariense (1900) (9). No concelho do Seixal, para além da já referida Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, a Sociedade Musical 5 de Outubro (1883), a Sociedade Filarmónica União Arrentelense (1872) e a Sociedade Filarmónica Operária Amorense (1921). As intersecções deste movimento com o liberalismo, particularmente com o movimento republicano, a par da predominância local de sectores artesãos e assalariados, são constatações a referir ainda que não esteja no nosso objectivo aprofundá-las.

Dentro desta linha de procurar registar, ainda que sem carácter exaustivo, os sucessivos movimentos que se materializam em sociedades recreativas, poderemos ainda falar das associações que agregam indivíduos originários de uma dada região, cidade ou vila interior que se deslocaram para um grande centro urbano. Para além das funções de integração dos recém-chegados que encontram aí um lugar de sociabilidade, são espaços privilegiados de manifestação de redes de influência e poder. Viradas sobre si próprias, quer em termos sociais (limitações, óbvias, à entrada de sócios), quer em termos culturais (reprodução de códigos, modelos, comportamentos, que relevam das zonas de origem), a sua pertinência de análise centrar-se-á, julgamos, na dimensão de poder que as atravessam. A lógica de constituição destas associações deverá, em princípio, decorrer dos fenómenos de migração interna e de integração-segregação nos meios de fixação.

Poderíamos ainda referir os grupos folclóricos de preservação e exaltação das tradições populares (em especial a música e a dança) que, no dizer de Patrícia Pedro (10), assumem o valor de símbolo do território com o qual a população se identifica». Se descontarmos as releituras do folclore feitas, nomeadamente, por grupos académicos, supomos ter justeza a observação feita: talvez por esse carácter inter-classista e o reenviar para a conservação, mais do que transformação cultural, o incitamento à sua constituição no período do regime «salazarista». Aliás, em termos organizativos, prefigura um tipo de associação fechada sobre si própria e homogénea culturalmente, cujo modelo se ajusta, também, a pequenos grupos cénicos. Com pequeno número de aderentes a sua acção não assenta numa dinâmica interna de crescimento mas em práticas esporádicas de actuação para o exterior.

Não nos referimos anteriormente a todo um largo leque de associações desenvolvendo actividades que vão do desporto e cultura à beneficência e prestação de serviços, mas com um suporte institucional, em particular a Igreja e o Estado. Estamos a falar de algo tão diverso como a complexa rede de assistência e beneficência ligada às Misericórdias e ao Estado, das múltiplas associações de beneficência, e também recreativas, incentivadas pela Igreja Católica, mas muito particularmente, por se centrarem na nossa área de análise, de certos organismos corporativos primários criados pelo Estado Novo, isto é, as Casas do

Povo, os Centros Populares de Recreio e os Centros de Alegria no Trabalho.

Julgamos, no entanto, que a lógica de constituição e funcionamento destas associações se distingue das anteriormente citadas por, mais vincadamente, se assumirem como enquadradoras das camadas populares pelos estratos sociais burgueses, nomeadamente pela mediação do Estado e da Igreja (11).

Em muitos casos as actividades desenvolvidas por estas associações de suporte institucional encontram-se no terreno com as actividades desenvolvidas pelas colectividades. Valerá a pena exemplificar.

Durante o «salazarismo» o Estado criou Centros de Recreio Populares ligados à FNAT e Casas do Povo dependentes da Junta Central das Casas do Povo, que, podendo englobar prestação de serviços (caso das Casas do Povo), tinham ainda funções de promoção e realização de práticas desportivas e recreativas. Luís Reis Torgal e Amadeu de Carvalho Homem (12) estudaram uma biblioteca instalada inicialmente no Centro de Recreio Popular e mais tarde transferida para a Casa do Povo de Souselas. Sem pretender fazer análise de conteúdo às obras aí referenciadas (que, aliás, não se coadunava com o carácter introdutório destas considerações), é fácil captar o sentido ideológico que presidiu à selecção: as obras históricas desenvolvem-se em torno do «génio da raça»; a temática «ultramarina», corporativa e religiosa está sobrerepresentada; a ficção portuguesa fica-se por Júlio Dinis e Garret; «a educação popular» é, essencialmente, imposição de valores, etc. Comparando com o estudo que fizemos da Sociedade Boa-União de Alfama em que se constituiu uma Biblioteca em 1934/35, vemos diferenças marcantes. O conteúdo desta vai de livros técnicos e enciclopédias a obras de ficção de Ferreira de Castro, Redol, Jorge Amado, Eça de Queiroz, Soeiro Pereira Gomes, Zola, etc., incluindo ainda diversas obras de ensaio, filosóficas e sociais. O sentido da diferença é bem visível.

Ainda em relação às colectividades populares importa dizer que se regista, em muitos casos, um desinvestimento associativo que se manifesta num reduzido índice de criatividade cultural, restando apenas um espaço de sociabilidade e a prestação de alguns serviços.

Em contrapartida constata-se em cada vez maior investimento associativo, quer em extensão, quer em novas áreas sociais abrangidas e, concomitantemente, um renovado interesse no seu estudo. Supomos ser correcto inserir estes trabalhos mais recentes em duas linhas preferenciais de análise, muitas vezes articuladas: associativismo e democracia por um lado, e novos campos de lutas sociais (13).

Serão estes prismas de análise que, com maior pertinência, dão conta das associações de «tipo novo» investindo em sectores como os do ambiente, do consumo, das ciências e tecnologias, das áreas profissionais e dos tempos livres. Sem arriscarmos a dizer que estas novas experiências associativas gozam de um dinamismo que o associativismo popular —

exemplificado nas colectividades — já não parece demonstrar, parecem-nos incontroverso o seu crescimento em extensão e áreas abrangidas, ainda que em muitos casos com trajectórias irregulares e fugazes. Ainda aqui haverá que distinguir um associativismo orientado no sentido de uma melhor gestão dos serviços a prestar à população — no campo da formação, do ensino, da protecção social, do ordenamento urbano — em que as relações com o estado são mais estreitas, de um associativismo de «expressão» e de um outro de carácter «reivindicativo» (14). Este último mais vincadamente orientado para a intervenção social, enquanto o associativismo de «expressão» mais circunscrito à defesa ou imposição de particularismos culturais.

As linhas de análise já enunciadas ajustam-se bem à constatação empírica destas novas expressões associativas. Em detrimento de uma visão puramente dedutivista, em que as associações são meros instrumentos de uma dinâmica de classes pré-estabelecida, privilegia-se agora o associativismo cultural nas suas múltiplas significações, enquanto novas articulações entre o indivíduo e o Estado, alargando o terreno das lutas sociais.

2. ASSOCIATIVISMO: TEORIAS E PROBLEMÁTICAS

Pretender fazer a análise da diversidade de tratamentos sobre as associações culturais torna-se tarefa difícil, ainda que se não tenha pretensões de exaustividade, pois é como penetrar em terreno lavrado em várias direcções. Em primeiro lugar porque estamos apenas a delimitar um campo do real (para além do mais, de contornos difíceis) que em muitas das análises não aparece autonomizado mas cujos desenvolvimentos vêm a recobrir o tratamento desta questão.

O associativismo, enquanto tal, foi objecto das primeiras análises do social, nomeadamente em Toqueville (15) e Durkheim (16). Referi-los ultrapassa o simples dever académico de análise dos clássicos, pois neles vão entroncar algumas das análises feitas posteriormente sobre este tema.

O associativismo, assim como a administração local e regional, têm para Toqueville um papel importante e decisivo na organização das sociedades democráticas, tendo em vista a compatibilização entre dois valores julgados irreversíveis e difíceis de conciliar, a saber: a liberdade e a igualdade. Anote-se, de passagem, que Toqueville não está contra a predominância destes valores em detrimento dos valores de honra e fidelidade das sociedades tradicionais (por exemplo), distinguindo-se, assim, de quaisquer outros conservadorismos. Ele está contra os movimentos revolucionários, essencialmente pelo seu espírito centralizador e programático.

Abandonemos a perspectiva anterior que é mais do politólogo que do

sociólogo e retomemos a importância dada por Toqueville ao associativismo e ao contexto social que lhe é suporte.

A tese central do autor é que o associativismo vem criar novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas em substituição das antigas formas de sociabilidade nas sociedades tradicionais assentes em valores que já não são predominantes.

Nas sociedades tradicionais a integração social dos indivíduos, as suas referências de identidade, geravam-se nas instituições, na trama de relações sociais em que estavam inseridos logo desde a nascença: a família, os grupos de parentesco, a comunidade, as corporações, as relações senhoriais. O indivíduo nunca era visto isoladamente mas integrado nos respectivos grupos de referência. Na passagem para as sociedades modernas dá-se não só uma mudança de valores, das ideias que os agentes sociais fazem de si próprios e da sociedade, como a destruição ou transformação das antigas formas de sociabilidade. Concomitante com o esbatimento das relações de comunidade e de parentesco nas zonas urbanas, ergue-se o cidadão nos seus direitos individuais, na igualdade perante a lei e o estado, perante os seus concidadãos.

É precisamente neste ponto que surge a importância das associações — em paralelo com a administração local, que obviamente nos não vai interessar — como nova forma de sociabilidade que ultrapasse os riscos advindos da igualdade.

Vejamos como.

A atomização dos indivíduos — supostamente iguais — levaria, simultaneamente, à sua perda de identidade — sentida subjectivamente e projectada socialmente — e ao risco de tirania do Estado. Este, cativo de um pequeno grupo ou clique impor a sua vontade e força coerciva a um conjunto de cidadãos remetidos para a impotência social devido ao seu isolamento ou vivência egoísta no círculo familiar.

As associações voluntárias, permitiriam, assim, que o cidadão se interessasse pela gestão da comunidade, pelo destino comum a toda uma nação. Simultaneamente elas eram uma via de participação social, de resistência ao poder de estado e de criação de uma consciência colectiva.

Reparemos que, quando Toqueville fala das associações e do estado não tem em vista unicamente — porventura nem sequer preferencialmente — as associações estritamente políticas. O que se lhe depara na América e ele vê como extraordinariamente benéfico em comparação com a Europa, é a multiplicidade de associações com os mais diversos objectivos: educativos, religiosos, reivindicativos, caritativos, morais, recreativos, etc.

Assim, somos novamente remetidos para a questão fulcral do autor, isto é, a articulação entre igualdade e liberdade: aquela podendo-se consubstanciar na tirania do estado e perda de identidade dos cidadãos; esta, na base da vivência local e, no aspecto que nos interessa, na multiplicidade de associações livres de cidadãos.

Não valerá muito a pena determo-nos na crítica a um texto marcadamente datado e privilegiando apenas a dimensão política do associativismo, entendida sob a forma simplista do cidadão face ao estado. De facto, os trabalhos contemporâneos, pelo menos os de raiz sociológica, não podem aceitar esta concepção que diríamos ingénua dos agentes sociais como meros cidadãos, nem sequer a radical separação entre o Estado e a sociedade. Anote-se, no entanto, que estes tratamentos mais recentes do associativismo consideram ainda como pertinente para este estudo a distinção entre as sociedades ditas tradicionais e modernas.

Em Durkheim a defesa do associativismo reveste um carácter muito específico, quer pelo tipo de associações que ele propõe — as corporações ou agrupamentos de indivíduos pelo mesmo ofício — quer pelos objectivos que lhes estariam consignados na organização social.

Para este autor um dos problemas fundamentais das sociedades modernas residiria na aquisição de novos mecanismos sociais que reforçassem a solidariedade social. Nas sociedades tradicionais o fraco nível de divisão social do trabalho induzia uma integração e solidariedade social resultante de uma forte consciência colectiva. A família e a religião desempenham, aí, um papel importante. Na Idade Média, a existência das Corporações, mais do que uma fórmula de organização económica, representava um «poder moral» que se impunha naturalmente aos seus membros, fortalecendo a coesão social.

O desaparecimento das antigas corporações com o liberalismo tinha deixado um vazio no que se refere à integração social, que a família e a religião, embora importantes, não poderiam colmatar. É certo que se tinha dado um reforço do papel do Estado, mas este estava distante dos indivíduos e agia, sobretudo, por via coerciva.

A solidariedade social teria que ser obtida por via de uma «consciência» e «poder moral» que só poderiam ser obtidos através das Corporações, libertas de algumas das características que as tinham tornado indesejáveis.

Reconhece-se, facilmente, que estamos menos em presença de uma análise sobre as associações existentes nesse tempo, do que de uma proposta de organização social global para as sociedades modernas assentes num tipo único de associação — as Corporações. Estas teriam simultaneamente uma base material ligada a um dado sector produtivo, mas essencialmente uma base simbólica, ou, na terminologia do autor, de «consciência moral» que libertaria a sociedade dos riscos de anomia.

O trabalho de Meister sobre o associativismo (17) decorre, em parte, da perspectiva de Toqueville, salvaguardando as diferenças que são muitas (pois, para além do mais, ele não é de maneira alguma um liberal). A participação associativa não é vista em termos de cidadão mas de massas populares empenhadas na transformação social, numa perspectiva diacrónica recuada à Idade Média. Está presente a mudança qualitativa de tipos de sociedade, das sociedades ditas «tradicionais» para as

sociedades «modernas», só que estas poderão ser «liberais» ou «socialistas».

Para Meister as sociedades tradicionais caracterizam-se por uma «sociabilidade formal, sistema rígido de papéis e dos deveres do indivíduo: em suma, uma sociedade e uma sociabilidade de tipo totalitário, no sentido em que toda a vida do indivíduo está definida à partida e dentro de esquemas rígidos» (18). Neste entendimento, as associações «voluntárias» das sociedades modernas libertariam os indivíduos dos constrangimentos dos grupos de origem, contribuindo para a mudança social através do empenhamento das camadas populares.

Nas sociedades contemporâneas desenvolvidas, que, no seguimento de Touraine, (19) este autor vê como sociedades «pós-industriais», a participação associativa, ou melhor, a sua eficácia em termos de mudança social, estaria comprometida pelo peso totalitário do que Galbraith designa por «tecno-estrutura».

As deficiências deste tratamento, para além da conceptualização pouco inovadora, decorrem de uma ambição de abrangência temporal e espacial que, distanciando-se da complexidade do objecto, redundam em generalizações algo desinteressantes. De facto, nem todo o associativismo do denominado período de implantação das sociedades modernas jogou na mesma direcção das transformações sociais, assim como nas sociedades desenvolvidas actuais, ditas «pós-industriais», o associativismo, considerado na sua diferenciação, se apresenta necessariamente exterior a essa suposta «tecno-estrutura».

O associativismo cultural inclui-se dentro do objecto de tratamento do que é genericamente conhecido como sociologia dos tempos livres, cujas origens, segundo Marie Françoise Lanfant (20), «se encontram nos Estados Unidos da América no período de 1925-1940, correspondendo ao acesso das classes médias a um largo leque de consumos culturais». A introdução em França desta perspectiva de análise dever-se-á a Dumazedier na década de 50 (21).

Será interessante e significativo anotar que a inspiração de Dumazedier tenha vindo, não só deste sector da sociologia americana, mas também das posições a que chegou G. Freidman na área da Sociologia do Trabalho (22). Sinteticamente poderíamos reduzir essas posições a um cepticismo quanto a poder-se alterar a alienação do trabalho, inerente, na sua perspectiva, ao nosso estágio de desenvolvimento tecnológico, em que os tempos livres representariam para o trabalhador uma forma de compensação.

Partindo desta constatação Dumazedier veio orientar-se para uma concepção dos tempos livres como «desenvolvimento cultural», no quadro de uma problemática de educação popular e em função de um projecto de democratização social e cultural cujo objectivo era tornar a cultura acessível ao maior número sem passar por qualquer processo revolucionário.

Esta sociologia articula-se com uma ideologia de acção sócio-cultural que se reflectiu no empenhamento do autor nas políticas culturais francesas e na elaboração de complexos instrumentos metodológico-técnicos que permitissem a intervenção neste campo, em diversos países, actuando nas variáveis convenientes. Registe-se de passagem os riscos que se poderão correr, seguindo esta linha teórica, de se virem a considerar as práticas culturais como invariantes sociais.

Na pesquisa empírica realizada na cidade de Annecy as associações culturais serão estudadas no âmbito do levantamento exaustivo das estruturas de animação ou produção cultural.

Não valerá a pena alongarmo-nos sobre este trabalho, mas, tão só, explicitar algumas críticas que lhe são feitas, e as virtualidades que, apesar de tudo, porventura encerre.

A principal reserva afigura-se-nos ser essa autonomia dos tempos livres e, conseqüentemente, desse duvidoso «poder cultural», face às determinações económicas e sociais, ou, mais concretamente, às relações de produção. Não estão em causa as influências mútuas entre a esfera económica e a esfera cultural, mas, especificamente, a sua concepção de cultura, definida como «um conjunto dinâmico de valores, de noções e atitudes que tende a tornar-se uma produção comum a todas as classes sociais e cujo efeito é favorecer a promoção cultural dos meios populares e de diminuir a distância social que os separa dos meios privilegiados.» O que nos parece pouco claro e, diríamos mesmo, algo estranho, é uma concepção de cultura que se desenvolveria exteriormente às classes e camadas sociais, mas que, curiosamente, teria efeitos niveladores sobre essa hierarquia social. Na sobrevalorização que o autor faz dos aparelhos de produção cultural — não só na sua capacidade de alterarem fortemente as relações de poder na sociedade em geral, mas também na capacidade de produzirem, por si só, valores, opiniões e atitudes — anula o entendimento de que as relações de produção nas quais os agentes sociais estão integrados, têm uma dimensão simbólica, também ela geradora de valores, opiniões e atitudes (23).

Como anteriormente se disse, o tratamento de Dumazedier destas questões contém virtualidades. Para nós, a que sobressai, é a reacção a uma sociologia que só considera as determinações inscritas nas estruturas sociais e que, portanto, como denuncia o autor, negligencia a acção inovadora dos agentes sociais nas diversas situações conjunturais.

A análise do associativismo em termos de criação de tipologias de associações que permita fazer correlações de variáveis definidoras de grupos sociais com as modalidades de participação, tem sido fonte de uma multiplicidade de pesquisas empíricas no âmbito da sociologia americana (24). Por, supormos, se filiar nesta perspectiva, vale a pena fazer referência ao trabalho do sociólogo suíço J. Kellerhals sobre as associações (25).

Neste seu trabalho Kellerhals pretende analisar os factores que levam

a um maior ou menor envolvimento associativo dos diversos grupos sociais, assim como captar as modalidades de participação, tendo em vista determinar em que medida o associativismo contribui para a integração social.

Parece-nos claro que este trabalho, e evidentemente todos os que lhe são análogos, poderão chegar a correlações positivas de tipos de associações e grupos sociais. O questionamento mais óbvio a fazer, parece-nos, é quanto à tipologia associativa adoptada, assente essencialmente nos fins prosseguidos. De facto, trabalhar com tipos de associações, como, religiosas, desportivas, musicais, culturais, etc., desinseridas dos contextos sociais específicos, é cingir-nos a distinções, em muitos casos, meramente formais. As distinções sociologicamente relevantes prendem-se com o grau de inovação cultural e com a inserção nas relações de dominação subordinação social que não se podem restringir a estas divisões.

Numa linha diversa dos estudos anteriormente referidos encontram-se os trabalhos que abordam o associativismo como uma das formas de expressão de cultura popular, mais especificamente da cultura operária. Estamos-nos a referir a estudos, em geral de carácter monográfico, que pretendem recobrir o quotidiano operário fora da produção, segundo um conjunto de papéis que variam com o sexo e o ciclo de vida e se inscrevem num espaço em torno da habitação.

O trabalho de Hoggart (26) realizado na Grã-Bretanha na década de 50 é vulgarmente apresentado como iniciador e paradigmático deste tipo de tratamento. As práticas operárias são analisadas como relevando da auto-organização da classe: embora sujeitas a constrangimentos, estão libertas da dominação existente na esfera da produção e definem um «modo de vida» (27).

As formas características desse associativismo operário inglês eram os tradicionais agrupamentos musicais «brass bands» e os «clubs» (espaços marcadamente masculinos), cujos apoios e incitamentos à sua constituição advinham de diversas instituições privadas e do estado, no sentido de afastar os operários do convívio dos «pubs» encarados como centros de vício alcoólico. Brian Jackson refere ainda a preferência das camadas mais jovens pelos «clubs» de jazz (28).

Este tipo de trabalho, que também iremos encontrar em França (29), contém aspectos positivos. Contrariando uma visão abstratizante predominante em certas correntes teóricas, que de uma maneira ou de outra se localizavam dentro de uma problemática de cultura de massas, foram produzidos trabalhos que revelaram a diversidade cultural, e em particular a permanência, ainda que com adaptação, das práticas culturais operárias apesar da subida geral do nível de salários e consumos da classe nas décadas de 50 e 60.

Catherine Paradeise (30) apresenta, julgamos que com toda a pertinência, algumas reservas de carácter teórico-metodológico a este

tipo de trabalhos. Não estaria tanto em causa a contestação das conclusões a que chegavam, mas a necessidade da sua validação por uma metodologia comparativista de carácter extensivo. De facto, aqueles trabalhos partem de um pressuposto de existência de uma subcultura operária constituída por um conjunto de práticas sociais específicas e coerentes que resultariam da adaptação a condições objectivas e materiais de existência. As pesquisas tendem a desenvolver-se em zonas marcadamente operárias e as regularidades captadas preencherão uma trama social definida à partida como existente e específica. Embora outros trabalhos, nomeadamente o da autora, confirmem essa demarcação de práticas, haveria que investigar os comportamentos operários ocupando espaços maioritariamente pequeno-burgueses e, acrescentaríamos nós, ultrapassar essa dicotomia de espaços de produção e de consumo e considerar essas práticas e representações como algo que releva, também, da dimensão simbólica das relações de produção nas quais os agentes estão inseridos.

Ainda dentro dos estudos referentes aos movimentos operários encontramos em trabalhos franceses mais recentes análises referentes ao associativismo (31). Uma das questões postas nesses trabalhos é a compreensão do relativo desinvestimento operário actual no associativismo (salvaguardando o aspecto sindical, com quebras conjunturais) em comparação com uma época anterior — referida genericamente como o séc. XIX — em que esse associativismo se manifestaria em vários campos, em particular na área das sociabilidades.

Para Geneviève Pujol (32) a solidariedade em meio operário «é uma relação que pode passar bem sem uma expressão formalizada». Isto verificar-se-ia quer nas sociabilidades informais de café, taverna, de encontros familiares alargados, quer nos aspectos reivindicativos e de luta, nas solidariedades de grupo geradas nas ocasiões de greve. Estas não seriam necessariamente o resultado da organização, antes práticas genuinamente operárias que comandariam as possíveis fórmulas organizativas.

Estas posições da autora estão no seguimento dos trabalhos e entendimento do historiador Maurice Agulhon, quando este diz: «o associativismo operário do séc. XIX só se poderia explicar pelo surgimento da vontade consciente em certos meios populares de reproduzir o que se passava em meios burgueses» (33).

A passagem do operário de ofício para o operário de massa veio comprometer este investimento associativo: «o centro de vida operária deslocou-se imediatamente do trabalho para a vida familiar: a representação do trabalho como fonte de dignidade, de cultura e de realização afectiva, cede definitivamente o passo a uma concepção do trabalho marginal à sua auto-realização» (34).

Interessa registar que esta explicação parece pertinente e ajusta-se também ao caso português. De facto, este associativismo em paralelo

com uma reconhecida tendência autodidacta — bem patente no movimento operário português do último quartel do séc. XIX e primeiro do séc. XX — vem a esbater-se em consonância com a aceleração da divisão do trabalho na empresa de que resultará o operário de massa.

Tem importância frisar, no entanto, que as novas hipóteses de trabalho desligam a questão associativa da temática do movimento operário (ideia que já deixámos expressa no final da introdução deste trabalho). Têm em consideração as conclusões a que chegaram as pesquisas empíricas mais recentes neste campo, em particular o facto de que esse movimento associativo se manifestar preferencialmente em camadas sociais não operárias, de maiores rendimentos e níveis de instrução.

Pelo seu carácter exemplar valerá a pena transcrever as posições de Dominique Mehl sobre a questão: «o associativismo representaria um lugar privilegiado de expressão de valores de uma classe em ascensão. Classe com aspectos contraditórios cuja identidade contestária se forjaria a partir das suas posições e reivindicações fora da esfera da produção (do consumo, do urbano, da cultura) e que, situada nas margens do poder, aspiraria a transformações sociais que lhe conferissem um poder local e político alargado. A acção associativa, e mais genericamente, o envolvimento em movimentos sociais exteriores à esfera da produção representaria um dos meios através do qual esta classe lograria definir os seus interesses, identificar a sua própria consciência, delimitar o seu campo de acção» (35).

Na coerência do que já dissemos, sublinharíamos que se torna excessivo o emprego do conceito «classe» na transcrição feita. Para além da sua demasiada abrangência — quando muito poderíamos falar em camadas de classe — tal visão contém implícito um tratamento dedutivista a partir de uma teoria da classes, também ela em reelaboração e com zonas de grande nebulosidade. Apesar disso julgamos que a dinâmica cultural e social apresentada contém uma linha de análise fundamental na compreensão do associativismo cultural.

3. PROPOSTA TEÓRICA PARA A ANÁLISE DO ASSOCIATIVISMO CULTURAL

Inscrever o associativismo numa problemática de dinâmica cultural torna imperioso clarificar o que entendemos por cultura.

É comumente referido o carácter equívoco do conceito de cultura. Conceito que se encontra no cruzamento de diversas ciências sociais, nomeadamente a História, a Antropologia e a Sociologia, mas cuja polissemia não releva, apenas, das divisões disciplinares apontadas. A adjectivação de que por vezes vem acompanhado, revela a significação diferenciada que lhe pretendem dar os seus autores e utilizadores: «cultura culta», «cultura de massas», «cultura de elite», «cultura popular», «cultura em sentido amplo», etc.

Justamente por esta ambiguidade e pela sua abrangência é conceito estranho a certas formulações teóricas que dão preferência a conceitos tidos como mais precisos e inequívocos, de mais útil operacionalidade.

Não é nossa ambição, nem o momento o mais próprio, para fazer a inventariação do conceito. Limitar-nos-emos a expôr as polarizações em que, no nosso entender, o conceito de cultura se desenvolve.

Uma primeira polarização corresponde ao que designamos por diferenças em extensão. Desde um conceito tomado em sentido restrito, como, por exemplo, «cultura culta» ou «cultura viva», a um sentido amplo de cultura, usualmente referido como de origem antropológica. Contrariamente à significação mais usualmente empregue pela linguagem comum, o sentido dito antropológico de cultura pretende abranger toda a dimensão prático-simbólica que regula um dado tipo de sociedade. No seu limite de abrangência vem a confundir-se com o próprio conceito de sociedade.

Uma segunda polarização desenvolve-se num eixo que designaríamos por «estático-dinâmico». Contraindo-se a uma definição de cultura que pretende dar conta das regularidades prático-simbólicas, consideradas em sentido amplo ou restrito, alguns autores privilegiam o sentido da transformação cultural. Poderemos exemplificar esse sentido de transformação como o nóculo central do conceito de cultura em Chombar de Lauwe: «...a cultura corresponde a um movimento criador de todos os domínios da vida social. Gerada nas transformações materiais, ela tem uma acção de retorno sobre elas... Em tudo ela é o mediador pelo qual os homens procuram superar as suas condições e criar um mundo novo. Está presente em todas as formas de vida social, como o produto e o motor das transformações» (36).

O conceito dito antropológico de cultura abriu novos campos de visibilidade e compreensão, ainda que, nele, o sentido da transformação social se esbata em favor dos fenómenos de permanência ou reprodução social — resultado, em grande parte, da matriz funcionalista que domina esta área disciplinar.

Clifford Geertz, cujos trabalhos se localizam na área antropológica, adopta uma definição semiótica de cultura. Para este autor a cultura «é menos um conjunto de condutas concretas, de costumes, de usos, de tradições e de hábitos, do que um mecanismo de 'controle', um 'programa' na linguagem da teoria da informação, permitindo ao homem regular o seu comportamento... O programa que constitui uma cultura pode ser visto como um sistema organizado de símbolos (língua, arte, mitos, rituais) permitindo aos homens estabelecerem relações significantes entre eles e com o mundo...» (37). Esta definição é sintomática, não só da interdisciplinaridade que se manifesta nos estudos sobre o simbólico, como da transformação em «operadores» de conceitos que se movem na mesma área: o conceito de «ideologia» em Verón e o de «habitus» em Bourdieu (38).

As potencialidades deste entendimento vamos encontrá-las bem expressas em Gilberto Velho que, ao apropriar-se deste conceito, e desenvolvendo-o diz: «A ideia de que existe uma 'produção simbólica' e um sistema de símbolos que dão indicações e contornos aos grupos sociais e sociedades específicas parece-me que pode ser bastante reveladora e eficaz. Entender a cultura como código, como sistema de comunicação, permite retomá-la enquanto conceito sociológico, propriamente dito. Não mais um repositório estático de hábitos e costumes, ou uma coleção de objectos e tradições, mas o próprio elemento através do qual a vida social se processa — a simbolização» (39).

A ideia expressa pelo autor de que os símbolos e os códigos não só são usados mas também transformados e reinventados permite-nos a chamada de atenção para a dimensão de poder presente numa dinâmica cultural. Não basta a constatação dessa pluralidade cultural, nem mesmo a transformação dos símbolos e códigos que relevam dos «projectos individuais» (40) é preciso ter presente que esses «símbolos» e «códigos» são objecto de uma luta de apropriação/imposição pelas diversas classes ou camadas sociais.

O desenvolvimento e clarificação desta questão iremos encontrá-lo em Bourdieu. A produção simbólica das classes dominantes teria, assim, uma função integradora delas mesmas e de desarticulação dos discursos das classes dominadas em ordem à legitimação da hierarquia social. Nas palavras do autor: «As diferentes classes e fracções de classe estão envolvidas numa luta especificamente simbólica para impor a visão do mundo mais consentânea com os seus interesses, o campo de tomadas de posição ideológicas reproduzem, sob uma forma transfigurada, o campo das posições sociais». (41)

Os desenvolvimentos feitos do conceito de cultura de Geertz, sem anularem a sua perspectiva inicial, completam-no naquilo em que era omissos, nomeadamente as condições de transformação desse «operador» assim como a relação que os «códigos» e «símbolos» mantêm com as condições materiais de existência dos grupos sociais.

No tratamento acima exposto poderíamos retomar a questão da cultura popular, mais especificamente, da sua expressão no associativismo cultural.

As associações culturais populares materializariam, assim, espaços privilegiados de uso e transformação dos códigos e símbolos gerados nas condições materiais de existência das diversas camadas populares. No entanto, se pretendemos recobrir todo o espaço associativo de incidência popular teremos também que visualizar essas associações como espaços em que se manifesta essa luta simbólica, não só entre as diversas camadas populares — revestindo, por vezes, o carácter de um compromisso estratégico — mas englobando expressões culturais dos grupos sociais dominantes. Nesta perspectiva dever-se-á rejeitar uma dicotomia cultural permanente e de partes mutuamente irreduzíveis, mas, como se cons-

tata em muitos casos, uma apropriação pelas camadas populares de expressões culturais estranhas ainda que sujeitas a reelaborações derivadas dessa assimilação.

Esta ambiguidade associativa em termos de poder simbólico que consubstancia, não deverá estranhar se nos lembrarmos que estamos num campo do real delimitado, essencialmente, por via jurídico-formal. Será pela análise sociológica que poderemos visualizar a conflitualidade cultural existente, por ser expressão dos diferentes segmentos sociais envolvidos no associativismo.

Esta explicitação da dimensão de poder presente nas práticas sociais de produção simbólica, permite, julgamos, reequacionar a questão posta por Maurice Agulhon (42) e subscrita por Geneviève Poujol da especificidade das sociabilidades informais em meios operários «versus» uma sociabilidade formal burguesa.

A noção de especificidade não dá conta dos efeitos de desestruturação resultante da dominação. Os factores apontados como inibidores de investimento associativo em meios operários: falta de tempo disponível, ausência de saberes, das regras formais de constituição e funcionamento associativo, de meios materiais de constituição do património, não são mais do que aspectos das relações de dominação manifestando-se em termos materiais ou simbólicos, desestruturadores de níveis mais elaborados de organização das camadas populares.

É bem verdade que nem todos os investimentos populares se deparam com obstáculos, mas, também aqui nos defrontamos com o carácter equívoco de definição de «associações populares». Elas integram não só as associações que relevam, primordialmente, da auto-organização popular, como todas as que têm, prioritariamente, funções de enquadramento e de inculcação de símbolos e códigos, nomeadamente através das instituições suportes — Estado e Igreja — ou dos chamados «notáveis locais».

Com o enquadramento teórico acima exposto não se pretende, apenas, uma nova abordagem do que tradicionalmente se concebe como o associativismo popular. No seguimento de autores como, Jacques Caroux, Pierre Gremillon e Dominique Mehl, (43) julgamos que o desafio que hoje se nos apresenta é a compreensão da pluralidade de novas fórmulas associativas que se manifestam no campo profissional, científico, artístico ou de «intervenção social». Compreender, enfim, o seu papel mediador nas transformações sociais e culturais da nossa sociedade actual.

(1) Veja-se por exemplo, CASTRO, Armando de — *A revolução industrial em Portugal no séc. XIX*, 4.^a ed., Porto, Limiar, 1978, ou ainda, OLIVEIRA, César — *O socialismo em Portugal, 1850-1900*, Porto, ed. autor, 1973.

(2) «Culturais» na terminologia corrente, sem com isso querermos negar a dimensão cultural das outras formas de associativismo.

(3) GOODOLFIM, Costa — *A associação*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

(4) GASPARD, J.; HONERIC, F.; Simões, J. M. — *Le football — mobilité géographique et sociale*, Lisboa, INIC — Centro de Estudos Geográficos, 1981. Comunicação ao IX Congrès International d'Histoire du Sport et d'Education Physique.

(5) PEDRO, Patrícia — *La dimension politique du phénomène associatif dans la société portugaise*, 1982. Mémoire de recherche. Toulouse, Universidade de Toulouse — Le Mirail — Dactilog.

(6) Estudo monográfico empreendido por nós na sequência deste trabalho teórico. Inserir em provas académicas e ainda não publicado.

(7) NABAIS, A. J. org. — *História do Concelho de Seixal*: Seixal, Câmara Municipal, 1982.

(8) Sobre as sociedades filarmónicas, vale a pena ver o texto de SILVA, Joaquim Palmilha, in *Expresso Revista* de 28 de Maio de 1983.

(9) SOARES, Manuel Lourenço — *Figuras e factos do Concelho de Almada*, Almada ed. autor, 1980. Alguns elementos foram-nos transmitidos directa e oralmente pelo próprio.

(10) Op. cit.

(11) O problema está longe de ficar resolvido pela separação das associações com suporte institucional, Estado ou Igreja. Há toda uma gama de associações viradas para as camadas populares — exemplificadas nas associações cívicas ou de instrução de finais do séc. XIX — que são mais organismo de acção sobre as camadas populares, do que expressões culturais próprias dessas camadas, inscritas nas suas condições materiais de existência. Esta mesma posição é expressa por POUJOL, Geneviève — «Vie associative et culture ouvrière», *Loisir et société*, Quebec, 4 (1) s.d., quando diz: «Não se pode falar de associações operárias para designar círculos de estudos operários... ou ainda a Liga de Direitos do Homem embora abranja numerosos operários. Numerosas obras de beneficência ou de educação popular surgiram no séc. XIX. Ofereciam um certo número de serviços aos operários como Centros sociais ou sócio-culturais como o fazem hoje; não podem ser consideradas como associações operárias apesar das tentativas feitas para associar os operários à sua organização» Ainda e sempre, o carácter equívoco de «associação popular» que não é resolúvel em termos formais e torna necessária a análise no terreno sócio-cultural.

(12) TORGAL, Luís Reis; HOMEM, Amadeu de Carvalho — «Ideologia salazarista e cultura popular — análise de biblioteca de uma casa do povo», *Análise Social*, Lisboa XVIII (72-75), 1982.

(13) A título exemplificativo do que foi dito, poderíamos citar CAROUX, Jacques — «La démocratie par l'association», *Esprit*, n.º 18, Jun. 1978; GREMION, Pierre — «Les associations et le pouvoir local»; *Esprit*, n.º 18, Jun. 1978; CONAN, Eric; ROURE, Michel — «De l'associativisme à la bureaucratie», *Esprit*, Jun. 1978, ou ainda MEHL, Dominique — «Culture et action associatives», *Sociologie du Travail*, n.º 1, 1982. O novo campo de lutas sociais abrange a temática ecológica, feminista, defesa de vivências sexuais ou religiosas, etc.

(14) Seguindo a tipologia proposta em: CAROUX, Françoise — «Typologie», *Esprit*, n.º 18, Junho 1978.

(15) TOCQUEVILLE, Alexis de — *A democracia na América*, Lisboa, Estudos Cor, 1972.

- (16) Análises que, convenhamos, se articulam com verdadeiras propostas normativas até mesmo Durkheim Cf. DURKEIM, Emile — *O Suicídio*, 3.^a ed., Lisboa, Presença, 1982; idem *A divisão social do trabalho*; prefácio à 2.^a edição, Lisboa, Presença, 1977.
- (17) MEISTER, Albert, — *Vers une sociologie des associations*, Paris, Les Editions Ouvrières, 1972. (Col. Relations sociales).
- (18) Op. cit., p. 23.
- (19) TOURAINE, Alain — *A sociedade pós-industrial*, Lisboa, Moraes, 1970.
- (20) LANFANT, Marie Françoise — *Les théories du loisir*, Paris, PUF, 1972, p. 70.
- (21) Entre outros trabalhos do autor poderemos referir: DUMAZEDIER, Joffre; RIPERT, A. — *Loisir et culture*, Paris, Seuil, 1966 e tb. DUMAZEDIER, Joffre; SAMUEL, N. — *Société éducative et pouvoir culturel*, Paris, Seuil, 1976.
- (22) FRIEDMAN, George, *Où va le travail humain*, Paris, Gallimard, 1953. Idem *Le travail en miettes*, Paris, Gallimard, 1964. (Coll. Idées).
- (23) Este entendimento encontra-se formulado em GODELIER, Maurice — «Infra structures, sociétés, histoire», *Dialectique*, n.º 21, Nov. 1977; idem, «The Ideal in the real», in *Culture, Ideology and Politics*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1983.
- (24) É extenso o rol de trabalho da Sociologia americana nesta área, especificamente nas décadas de 40 e 50. A título meramente exemplificativo apontamos: FREEMAN, Howard; NOVAK, Edwin; REEDER, Leo — «Correlates of membership in voluntary associations», *American Sociological Review* XXII (5), Out. 1957; GORDON, C. Wayne; BABCHUK, Nicholas — «A typology of voluntary associations», *American Sociological Review*, XXIV (1), Fev. 1959.
- (25) KEILLERHALS, J. — *Les associations dans l'enjeu démocratique*, Lausanne, Payot Lausanne, 1974.
- (26) HOGGART, Richard — *La culture du pauvre*, Paris, Minuit, 1970.
- (27) O espaço ocupado pelo associativismo neste quotidiano operário vamos encontrá-lo mais desenvolvidamente num trabalho posterior que se insere nesta linha: JACKSON, Brian — *Working class community*, Londres, Pelikan Books, 1972.
- (28) Op. cit.
- (29) LAUWE, Chombart de, *La vie quotidienne des familles ouvrières*, 3.^a cd., Paris (CNRS), 1977.
- (30) PARADEISE, Catherine — «Sociabilité et culture de masse», *Revue Française de Sociologie*, vol. XXVI (4), Out.-Dez. 1980.
- (31) Estamos a referir-nos a trabalhos como: BELLEVILLE, Pierre — «Culture et pratiques ouvrières», *Les Cahiers de l'Atelier*, n.º 3, 1979; CAROUX, Jacques — «Le monde ouvrier de l'autonomie à l'atomisation», *Esprit*, 1978; POUJOL, Geneviève — «Vie associative et culture ouvrière», *Loisir et Société*, IV (1), s.d.
- (32) Op. cit.
- (33) AGULHON, Maurice — «Sociabilité populaire et sociabilité bourgeoise du XIX^{ème} siècle», in *Les Cultures Populaires*, G. Poujol et R. Labourie (org.), Toulouse, ed., Toulouse — Privat, 1979.
- (34) CAROUX, Jacques — «Le monde ouvrier. De l'autonomie à l'automatisation», *Esprit*, n.º 18, 1978.
- (35) MEHL, Dominique, op. cit.
- (36) LAUWE, Chombart de — *La culture et le pouvoir*, Paris, L'Armattam, 1982.
- (37) GEERTZ, Clifford — *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp. 56 e 57.
- (38) O conceito de «ideologia» como «gramática» de produção simbólica em VERON, Elísio — «Semiosis do ideológico e do poder», *Communications*, n.º 28, 1979; ou o conceito de «habitus» como «sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes» em BOURDIEU, Pierre — *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980.
- (39) VELHO, Gilberto — *Individualismo e cultura*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 105.

(40) Ibidem, p. 23 e seguintes.

(41) BOURDIEU, Pierre — «Sur le pouvoir symbolique», *Annales*, 32.º ano, (3), 1977.

(42) AGULHON, Maurice, op. cit.

(43) Trabalhos anteriormente citados.